

RESGATE DE IDENTIDADES: EXPRESSÕES DA NEGRITUDE NA COMUNICAÇÃO POLÍTICA

Tiago Lima Freire¹

Resumo

Levando em consideração a ascensão contínua da premência da identidade negra na comunicação de candidatos pretos e pardos no Brasil, parece natural a necessidade de verificar com olhar atento de que forma exatamente isso ocorre e quais as influências que levaram a este momento histórico particular. Analisando o que compõe esta “negritude” e quais os caminhos percorridos por essa fatia tão relevante da população, tanto no âmbito das mobilizações sociais de rua quanto na presença da política governamental, o artigo se concluiu verificando que os aspectos presentes em campanhas voltadas para o público negro são complexos e multifacetados, bebendo de inúmeras fontes formais e informais, conduzindo de forma importante à maior visibilidade desta identidade reconstituída nos mais diversos segmentos da sociedade civil.

Palavras-chave: *Negritude; Racismo; Política; Comunicação; Identidade.*

INTRODUÇÃO

Não é segredo para qualquer pessoa que o negro foi preterido dentro da sociedade brasileira, em todas as instâncias possíveis, por toda a extensão da história do país. O desmembramento sistemático de famílias e grupos sociais, o apagamento de características culturais e individuais, o genocídio baseado na origem e cor de pele, a escravidão imposta para sustentar um projeto de poder racial, os séculos de violência reverberam de modo retumbante sobre a identidade dos negros nascidos e criados neste território, bem como em tudo que circunda suas existências de modo dinâmico.

¹ Graduando do 1º período do curso de Relações Públicas na Escola de Comunicação de Artes da USP (ECA-USP). Email: tiago_freire@usp.br

O processo de destruição do negro, em nível físico e abstrato, foi tamanho que até hoje buscamos construir novas noções de identidade, ocupando novos espaços de atuação e tentando resgatar as memórias e heranças que sobreviveram às tentativas de esquecimento forçado. É por isso que se faz tão importante analisar de onde viemos, para só assim compreender onde estamos e para onde podemos ir.

Examinar a comunicação política numa sociedade de democracia representativa significa não apenas verificar quais as ambições dessa classe, mas também de analisar como se constituem os públicos que estes candidatos buscam representar. A comunicação política é, afinal, um grande reflexo das vicissitudes performadas no âmago da sociedade brasileira, estando necessariamente no fronte das mudanças institucionais que são provocadas de forma multifatorial pela atuação dos movimentos de rua, vontades e conscientização autônomas da população, manifestações culturais vindas de diferentes recortes populacionais e até as próprias mobilizações promovidas nas esferas de governo.

A intersecção da identidade e comunicação política é, portanto, uma convergência natural para qualquer investigação sobre as condições da população negra neste ambiente contemporâneo, buscando visualizar sua construção de modo panorâmico para verificar como todos estes elementos são aplicados nas campanhas atuais. Partindo da concepção de negritude de acordo com diversos pensadores e atravessando os históricos sociopolíticos dos negros, o objeto de pesquisa é atacado enfim com base neste arcabouço teórico, pautado completamente nas vidas pretas brasileiras.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA NEGRITUDE NO BRASIL

Sem dúvidas, um dos fatos mais bem consolidados na historiografia brasileira contemporaneamente é de que a identidade dos indivíduos negros no país foi sistematicamente reduzida ao pó pelas elites escravistas ao longo dos séculos de escravidão e posterior exclusão social. Para ter dimensão do que é de fato esta “identidade negra”, aqui também sendo intercambiada com o termo “negritude”, devemos investigar com calma o que a historiografia nos diz acerca dela para remontar suas peças.

Em sua obra, D’Adesky (2002) apresenta que a compreensão de distintas identidades implica necessariamente um panorama heterogêneo de reflexos culturais dentro de uma sociedade, nação ou mundo no geral, que conflita com o desejo universalizante e sufocante das identidades (neste caso étnico-raciais) que detém domínio sobre a máquina pública em questão, levando-os à busca da invisibilização daquelas

variações indesejadas. A identidade seria, então, um conjunto complexo de diferenças e características culturais que precisam ser reconhecidas, tanto em nível individual quanto coletivo, para sustentar sua validade e seu “ego” ou autoestima perante a nação – daí a necessidade das classes dominantes de apagar as faces negras da representatividade como um todo.

De acordo com Munanga (2019), a conceituação de identidade não pode ser encontrada expressamente em um conjunto de características estáticas de elementos que componham uma identidade, mas sim num processo constante que abarca os muitos componentes históricos, sociais e culturais de um determinado grupo marginalizado, em confluência com as ideias de Sant'Anna (1988), que afirma ser necessário compreender os contextos históricos para poder elaborar as estratégias de luta racial no presente. Em particular no Brasil, a composição desta negritude esteve e está sempre lutando contra as duras resistências sustentadas pelas controvérsias raciais formadas por meio do processo de mestiçagem ao longo da escravidão e sobretudo das ideologias eufemizantes dos séculos XIX e XX, representando para Nascimento (2019) parte do proposital processo de genocídio da população negra nacional.

Acerca da constituição da identidade negra em si, Nascimento (2019) afirma que não é possível definir a negritude apenas como uma questão de cor de pele. Contemplando a diversidade de fenótipos encontrados tanto em pardos quanto em pretos dentro do país, é impossível apontar as características físicas como único elemento que compõe esta imagem social, incorporando inúmeros elementos de contextos culturais profundos e ricos, imersos em um processo vivo de desenvolvimento constante. Entretanto, de acordo com Gomes (2002), a interação do negro com a sociedade não se dá em um vácuo exclusivo aos indivíduos racializados. O negro interage com todos os aspectos da sociedade, em diferentes perspectivas e situações, como qualquer outro habitante do Brasil, mesmo que por um prisma de condicionamentos distintos. Isto significa que é completamente ingênuo afirmar que a experiência de toda negritude é igual, com comportamentos idênticos e passados culturalmente confluentes; pelo contrário, a negritude se encontra em uma multitude de espaços e versões, se espalhando para qualquer ambiente ocupado por homens e mulheres negras.

Acertadamente, D'Adesky (2002) aponta que, independentemente do reconhecimento nominal da cidadania e validade da existência livre de indivíduos negros e, por conseguinte, o suposto exercício de sua identidade, na prática um fato não implica o

outro, assim como não implica que a negritude seja de fato reconhecida como uma identidade válida no contexto social. Em suas palavras:

Contudo, o pleno reconhecimento da igualdade e da cidadania, associado a questão de igualdade de tratamento às culturas de grupos étnicos diferentes, aponta precisamente na direção de uma política multicultural, e não na do pluralismo cultural tal como expresso na Constituição. É justamente nesse ponto que se diferenciam as duas perspectivas. Pois o pluralismo cultural não abarca necessariamente a política de tratamento em pé de igualdade das diferentes culturas que se encontram num dado território geográfico. Ao contrário, o multiculturalismo tende necessariamente a reconhecer a igualdade de valor intrínseco de cada cultura. (D'Adesky, 2002, p. 173)

Para Souza (1990), o negro é furtado do direito à sua identidade no momento em que o parâmetro a ser atingido na sociedade é o indivíduo branco e nada mais. Dentro das próprias comunidades, a falta de reflexo produz um sentimento e uma necessidade constante de buscar um ideal ao se remover da condição de negro e atribui-la uma condição mitológica, ou seja, completamente destacada. Num âmbito psíquico, o negro é induzido a reproduzir em seu contexto a abjeção que lhe é direcionada pelo tecido social, se entendendo numa condição aculturalizada, esteticamente feia e intelectualmente degradada, pois os parâmetros de comparação sempre são aqueles oriundos da cultura branca européia.

Ainda para Souza (1990), o processo de se tornar negro, isto é, assumir uma identidade e consciência de negritude, encapsula sobretudo compreender as estruturas que trabalham para tornar esta identidade negativa e desenvolver uma consciência a fim de subverter as expectativas socialmente impostas pelo padrão da elite branca. Nas palavras da autora “Assim, ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro.” (Souza, 1990, p. 77). Em outras palavras, é nada menos do que um processo consciente de destacar a noção de “si”, tornando-a independente da superestrutura e trazendo-a para um campo de diversidade cultural que permita sua expressão genuína de ser.

Em suma, é notável que a identidade negra só pode ser compreendida contextualmente à realidade dos negros no Brasil. Consideramos então, para os fins desta investigação, que a identidade negra é o autoconhecimento contraventor do sistema que indivíduos negros adquirem ao buscar se libertar das imposições estruturais da sociedade. A negritude é, sobretudo, uma posição de resistência compassada pelas experiências históricas e sociais de um povo marginalizado e perseguido, não apenas um conjunto de características físicas ou culturais, mas um genuíno instrumento de luta contra o racismo.

MOBILIZAÇÃO SOCIAL DO NEGRO

As mobilizações de negros brasileiros são eventos tão antigos quanto a própria escravidão. Apesar da perspectiva alienada e instrumentalmente perpetuada de que pouca ou nenhuma luta se deu entre brancos e negros durante o longo período de quase cinco séculos em que “conviveram” no território do país, muitos são os exemplos e que esta visão é nada mais que uma cortina de fumaça histórica para sedimentar ideários racistas de passividade, controle ou até mais tardiamente da democracia racial.

Como aponta Lopes (2021), o mito da passividade do escravo diante de sua situação foi uma de diversas mentiras criadas pelas classes dominantes para apagar a relevância do negro na formação cultural e histórica do país, atribuindo-o uma condição apenas de agente passivo, enquanto o português faria a “verdadeira” construção do caráter brasileiro. Dentre seus métodos, havia por exemplo a disseminação historiográfica da noção de que os escravos de origem malês eram mais valorosos do que aqueles de origem banto, pois associavam-nos com a cultura árabe, supostamente mais digna do que o tradicionalismo dito “fetichista” dos povos bantos.

Em meio às mentiras midiáticas, é possível remontar com clareza diversas ocasiões em que o povo preto se mobilizou em prol de sua libertação. Ainda segundo Lopes (2021), há um conjunto de mais de uma dezena de revoltas organizadas na primeira metade do século XIX apenas na Bahia que, independente de seus graus de sucesso, representam a constante verve da negritude de se libertar dos grilhões sociais. O mais famoso desses levantes, a Revolta dos Malês em 1835, contou com um contingente de dezenas de homens e mulheres coordenando os atos ao redor de toda a cidade de Salvador e inspirando centenas mais a se mobilizarem em meio à luta para buscar sua libertação, resultando posteriormente em execuções brutais de quase todos os envolvidos.

Por sua vez, Nascimento (2019) reconta alguns dos muitos exemplos de movimentos de resistência focalizados nas existências das comunidades quilombolas. Atuando como formas de comunidades multiétnicas de indivíduos livres, os quilombos foram um meio de resistência presente não apenas no Brasil, mas também em diversos países da América Latina com suas próprias particularidades. Existindo como núcleos de culturais de resistência, seus primeiros exemplos podem ser traçados desde o século XVII até os dias atuais, reproduzindo com liberdade suas origens e formas de expressão sem a sombra da elite escravocrata. O mais célebre dos exemplos, o Quilombo dos Palmares, é classificado pelo autor como a primeira nação livre do Novo Mundo, havendo atuado

genuinamente como um país independente, tendo sua própria sociedade, economia, dinâmica mercantil com os portugueses locais e um sistema de governo autônomo, não sendo simplesmente esmagado pelas incursões do bandeirante Domingos Jorge Velho, mas sim resistindo numa verdadeira guerra contra as tropas européias.

No contexto abolicionista, Alonso (2015) expressão em sua obra que grande parte do movimento de libertação dos negros no âmbito político se deu devido a um “abolicionismo de elites”, contando com facetas múltiplas compartilhando deste processo. O Império Britânico exerceu notável influência no Brasil, encadeando por exemplo a formulação da Lei Eusébio de Queirós mediante pressão político-econômica; havia a presença de uma elite branca “humanista”, como Aurélio Cândido Tavares Bastos, do Partido Liberal, que estava profundamente conectado com associações internacionais anti-escravistas, em particular as britânicas; e também havia a notável parcela de mobilizadores negros, especialmente pretos livres como André Rebouças, compondo uma camada diminuta mas barulhenta de homens de cor atuando no território das elites. Rebouças, um notável ativista, foi peça essencial na articulação política do movimento abolicionista, ao lado de figuras como Luiz Gama e José do Patrocínio.

A atuação de base do negro, fica evidente, foi preterida em meio aos movimentos de abolição devido à seu histórico de luta e presente de opressão massiva exercida pelo sistema escravocrata. Isto não quer dizer, entretanto, que sua presença poderia ser negligenciada, uma vez que compunha já uma parcela enorme de atores econômicos e societários na tessitura do país, como apresenta Moura (2019), mesmo que historiograficamente negligenciado e logo mais sendo ativamente excluído dos círculos de trabalho e convívio numa tentativa de genocídio negro e embranquecimento do fenótipo brasileiro.

Neste contexto, se torna imperativo explicar aquilo que se denomina como a democracia racial brasileira. De acordo com Moura (2019), o conceito de uma suposta solução para as diferenças raciais do mundo surgiu no início do século XX dentro da sociologia acadêmica, expressa especialmente na obra *Casa-Grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre. Teoricamente, o Brasil havia sido um enorme laboratório racial, uma experiência étnico-social de sucesso, na qual uma miscigenação harmoniosa proporcionou ao país linhas de preconceito muito mais tênues do que as verificáveis, por exemplo, nos Estados Unidos da América. A ideia de que o país vivesse esta “utopia” era extremamente difundida na alta sociedade, em particular com a intenção de desenvolver uma narrativa

míope de que o racismo não estava presente no tecido social, uma forma de pacificar as relações desiguais por meio de uma manipulação midiática embasada em pesquisas científicas. Apesar do discurso aglutinador, os fatos não corroboram com a realidade vivida pela população negra da República ou de qualquer outro período histórico, incluindo o atual.

Derivando de alguns dados levantados por Moura (2019) em sua publicação, um exemplo vigoroso de que a democracia racial sempre foi um mito manipulador pode ser visto na situação de empregabilidade dos negros no início do século em comparação às populações de imigrantes, que, independentemente de serem recém chegados ou bem estabelecidos há gerações, encontravam-se em condições de integração socioeconômica muito mais arraigadas do que as das populações pretas há séculos embrenhadas no seio da nação, um dos vários exemplos do racismo estrutural e claro exercício das tentativas de marginalizar conscientemente os ex-escravos, um processo longo e brutal envisionando o genocídio desta população e o consequente “embranquecimento” dos brasileiros, para as elites também considerado quase como um processo de “purificação racial”.

Ao longo de todo o século XX, a movimentação dos negros em função de sustentar sua identidade e ocupar seus espaços de direito entrou em evidência, tanto em caráter explícito de combate direto quanto em modos “passivos” de afirmação. A Revolta da Chibata, que transpirou em 1910, é um dos exemplos mais célebres. Em reação às condições de subemprego e os castigos físicos que sofriam embarcados, um contingente de marinheiros negros tomou o controle de um navio na Baía de Guanabara, resultando em um rechaço de grande punitivismo por parte do governo brasileiro.

Na década de 1930, a Frente Negra Brasileira (FNB) surgiu como um dos mais importantes movimentos identitários negros, desta vez em âmbito político-social, buscando ajudar diretamente as condições dos pretos marginalizados, promovendo espaços de convivência, educação e esportes, além de haver buscado se ordenar como partido político em 1936, uma breve tentativa de conquistar representatividade nas esferas de poder que foi desmantelada pelo Estado Novo em 1937. Outra forma de combate encontra pela população negra da época, aponta Santos Gomes (2022), foi a formação de “jornais negros”, ou seja, periódicos jornalísticos produzidos pela população preta, procurando escapar do viés da elite branca. Um dos mais relevantes na época era o jornal *A Voz da Raça*, coordenado e editado pela própria FNB, denunciando situações de violência e

dificuldades passadas pela população marginalizada, bem como mostrando tópicos relevantes às suas realidades.

Também muito notável na estruturação da identidade negra, práticas religiosas de matriz africana têm um espaço especial no processo de luta ao longo do século XX. Lopes (2021) remonta uma tapeçaria histórico-cultural complexa, compreendendo desde práticas mortas, como o islamismo sincrético dos povos malês, até as modernas umbanda, quimbanda e candomblé. Absorvendo aspectos diversificados de origens religiosas de pontos múltiplos do continente Africano, o negro brasileiro formulou em sua escravidão e posterior marginalização estes núcleos de espiritualidade únicas, produto da grande miscigenação cultural formada nestes períodos e infundando-se até mesmo em práticas culturais generalizadas na população multiétnica do Brasil, como o uso de formas simplificadas de turbantes por diversas populações do Recôncavo Baiano. Estas religiões e elementos culturais são, em sua essência, formas de resistência e mobilização social, especialmente quando analisada a condição de perseguição ou tentativa de apagamento que ainda sofrem na sociedade.

Nascimento (2019) reconta em sua obra o processo e objetivos do Teatro Experimental Negro por ele idealizado entre 1944 e 1961. Buscando estabelecer presença nos ambientes culturais, a organização tinha como objetivo permitir ao homem negro presença ativa numa forma de expressão que havia sido embranquecida por influência das elites, uma vez que no passado negros ocupavam espaços nas atuações teatrais enquanto estas eram consideradas trabalho indigno no período colonial. Desafiando a elite branca, o Teatro gerou inúmeras controvérsias no Rio de Janeiro, sendo hostilizado e atacado constantemente tanto pela intelectualidade quanto pelo povo alienado.

As mobilizações foram novamente interrompidas com o advento da Ditadura Militar de 1964, sofrendo perseguições como os outros inúmeros movimentos identitários não alinhados ao conservadorismo propagado pelos empossados. Como remonta Domingues (2008), foi apenas no final da década de 70 em que as organizações tornaram a se constituir de modo aberto e ordenado, com a fundação do Movimento Negro Unificado (MDU), que passou a atuar de forma análoga a entidades como a Frente Negra décadas antes. Entretanto, este hiato formal não se traduz em uma suspensão da luta do negro: a atuação no campo cultura, aponta Oliveira (2016), foi outra vez muito premente nos grandes centros do país, em especial no Rio de Janeiro. Importando muito do movimento Black Power dos EUA, em especial sua estética e estilos musicais, o “Black Rio” se

constituiu como um círculo social de resistência muito presente entre a juventude preta periférica, projetando suas identidades na sociedade e constituindo sentimentos de comunidade relevantes para a sistematização desses laços nas décadas posteriores. Nesta época, a intelectualidade negra também buscava desmontar o mito da democracia racial no campo acadêmico, contando com obras sendo publicadas por exemplo por Abdias Nascimento e Clóvis Moura, empenhados em gerar mais conscientização dentro da própria comunidade a respeito de suas condições.

Com o processo de redemocratização, vieram também os movimentos sociais com um vigor renovado no país. De acordo com Domingues (2008), uma avalanche de núcleos negros distintos surgiu ao longo da década de 80 em todo país, atuando de forma difusa, fato que só se alterou mediante o 1º Encontro Nacional de Entidades Negras (ENEN), organizado na cidade de São Paulo. Bebendo de fontes como a literatura combativa que estava surgindo, tal qual congressos panafricanistas realizados através do século XX, este encontro formalizou de fato a luta negra como um movimento social no Brasil e com representatividade expressiva, mais de 100 anos após a abolição da escravatura. Com muito mais articulação e relacionamento identitário, as mobilizações sociais negras passaram a ser muito mais atuantes tanto na sociedade civil quanto na política, se relacionando de modo orgânico com outras denominações sociais e permitindo o surgimento de entidades muito mais especializadas em lutas e recortes particulares das vivências de pessoas negras, com unidades focadas em combater a violência policial, promover educação ou até mesmo apoiar populações LGBTQ+ interseccionadas à população preta.

Foi também neste contexto de redemocratização em que novos pensamentos organizados de movimentos negros passaram a ganhar tração acadêmica. Em 1980, no Panamá, Abdias Nascimento apresentou sua primeira versão de uma das obras mais notáveis de sua carreira, O Quilombismo, trazendo então um novo conceito de luta racial. Para Nascimento (2019), o quilombismo é uma forma de constituição combativa de um movimento negro que tenha em mente uma definição muito clara de sua trajetória dentro do país, resgatando a memória dos quilombos do período colonial, ao mesmo tempo que se posiciona em sintonia com os outros movimentos de resistência e/ou exaltação racial espalhados ambos pela América Latina e pela África, sendo assim uma ideologia panafricanista. A influência da obra de Abdias é notável porque esteve entre os primeiros a

sistematizar esta forma de pensamento que buscava resgatar as identidades de forma consciente, não apenas atuando de forma reflexiva contra a opressão.

Contemporaneamente, as mobilizações identitárias negras são mais fortes do que nunca no Brasil, contando com diversas conquistas ao longo das últimas décadas, expressas tanto no campo social quanto político, tratadas com detalhe no próximo tópico. Há um foco notável no processo de conscientização do indivíduo negro, de permitir a afloração desta negritude e o apoio da população marginalizada nos diversos espaços da sociedade, muito bem expresso na multitude de unidades especializadas em qualquer espaço com a mínima pluralidade.

OCUPAÇÃO DO NEGRO NA POLÍTICA

No contexto da política institucional brasileira, os negros ainda têm um longo caminho a ser percorrido, mas muitos progressos foram feitos ao longo das últimas décadas. Traçando um pequeno panorama histórico, alguns indivíduos podem ser notados como pioneiros nos cargos eletivos, valendo suas menções, muitas derivadas de Pinto (2020).

Em 1909, Manoel da Motta Monteiro Lopes foi o primeiro homem negro a ser eleito deputado federal na República do Brasil, pelo Distrito Federal, então localizado no Rio de Janeiro. Sua eleição foi marcada por ataques racistas por parte da imprensa, bem como tentativas de impedir sua posse naquela legislatura; No mesmo ano, Nilo Peçanha se tornou o primeiro e único presidente negro na história do país, em decorrência da morte do presidente Afonso Pena, de quem era vice, mas vale lembrar, entretanto, que Nilo já havia sido tanto senador quanto governador do Rio de Janeiro, em toda sua carreira recebendo ataques por parte da classe política por seu tom de pele; Antonieta de Barros, em 1935, se tornou a primeira negra a assumir um cargo em uma Assembléia Legislativa Estadual, na ocasião de Santa Catarina; líder quilombola do Jabaquara, Quintino de Lacerda foi o primeiro vereador negro do Brasil em 1895, pela cidade de Santos; dentre inúmeros outros pioneiros que poderiam ser citados nesta lista, mostrando as diversas conquistas espaçadas da população negra ao longo do século XX no campo político.

A posição de pessoas negras em cargos eletivos sempre foi extremamente precária, fato que persiste até o presente momento. De acordo com dados levantados pelo G1 em 2022, pela primeira vez em uma eleição geral o número bruto de candidatos pretos e

pardos foi maior do que o de candidaturas brancas, mas apenas marginalmente, além de estarem concentrados nos cargos de níveis mais baixos, vulgo deputado estadual e distrital. Nos outros níveis, os volumes continuam altamente discrepantes, com apenas 31% dos candidatos ao Senado sendo negros, 38% para a Câmara dos Deputados, 39% para executivos estaduais e irrisórios 17% para presidente, números deprimentes para um país cuja população é composta por mais de 55% de autoidentificados negros, de acordo com o IBGE.

Há indicadores de progresso, mesmo que ainda de forma insatisfatória para a magnitude do Brasil. Em 2020, um total de pouco mais de 32% dos prefeitos eleitos no país foram negros, um crescimento de pouco menos que 3% com relação ao pleito minoritário anterior, de acordo com a Agência de Notícias da Câmara. Ainda de acordo com a Câmara, a quantidade de candidaturas negras para deputado federal cresceu em 36% entre 2022 e 2018, mas o crescimento real de eleitos foi de apenas 8,94%; também cresceu o número de eleitores autodeclarados pretos ou pardos, um incremento de 5% entre os dois pleitos verificados. No Senado Federal, na atual legislatura atingiu-se um percentual de 25% de negros na casa, muito aquém do desejável, mas também verificando um pequeno incremento com relação a configurações anteriores.

Diniz e Söhngen (2021) apontam algumas conquistas institucionais do movimento negro brasileiro em meio ao processo de redemocratização. Durante o governo de Leonel Brizola no Rio de Janeiro, foi fundado o primeiro órgão a oficialmente tratar das questões relativas à população negra de forma positiva no país, a Secretaria de Promoção e Defesa das Populações Afro-Brasileiras (SEAFRO), herdeira da Secretaria do Movimento Negro que havia sido formada alguns anos antes e encabeçada por Abdias Nascimento. Em 1988, a Constituição Federal estabeleceu racismo como um crime inafiançável, bem como determinou que deveriam ser demarcados os devidos territórios das comunidades quilombolas, e neste mesmo ano também foi criada a Fundação Cultural Palmares, um órgão ligado ao governo federal com o propósito de conservar o patrimônio histórico-cultural dos negros do Brasil, representando uma enorme quebra de paradigma no tratamento dado às heranças deixadas pelos escravizados. Curiosamente, foi apenas no governo de Fernando Henrique Cardoso em que um presidente da República incumbente admitiu abertamente a existência de ambos o racismo e a desigualdade racial no país.

Mesmo em situações tão deploráveis, os negros não deixaram de causar impacto e conquistar progressos, o maior dos quais argumentavelmente é a reservas de vagas com

base em critérios raciais para universidades e eventualmente outras repartições públicas, as controversas políticas de cotas. Segundo Alberti e Pereira (2006), a possibilidade de implementar cotas raciais em universidades públicas do país já era discutida como uma medida de ação afirmativa desde meados dos anos 80, mas vinha sempre de forma estigmatizada perante a sociedade. Em decorrência disso, com muita frequência o emprego do vocábulo “cota” foi evitado por quase 15 anos nas discussões realizadas em comitês, conferências ou proposições de políticas públicas, como no caso do ex-deputado federal baiano Luiz Alberto (PT), que no ano 2000 suscitou num documento a necessidade de implementar uma forma de desenvolver paridade de oportunidades de ingresso nas vagas universitárias com base na proporcionalidade populacional, mas sem mencionar diretamente o termo mistificado.

A verdadeira ascensão da pauta veio em 2001, após a Conferência Mundial das Nações Unidas de 2001 contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância, largamente conhecida como a Conferência de Durban. O comitê brasileiro, naquela ocasião, acrescentou de última hora a pauta das cotas raciais em seus tópicos a serem apresentados e discutidos no fórum, incentivando posteriormente o desenvolvimento da forte aderência do movimento negro brasileiro à ideia. A assunção de compromissos ao fim da conferência por parte do governo brasileiro, mesmo que nominais, demonstrava ali espaço para trabalhar a matéria ainda mais pungência do que em anos anteriores, tendo em vista que já havia articulações relevantes na arena política. Um exemplo é a resultante aprovação de uma política de cotas em universidades estaduais no Rio de Janeiro naquele mesmo ano, seguido por diversos outros governos estaduais nos anos seguintes, mesmo que ainda de forma tímida, demonstrando uma importante maturação das lideranças negras e da capacidade de articulação das mesmas no campo institucional.

Em 2012, durante o governo da presidente Dilma Rousseff, foi aprovada a Lei de Cotas, nº 12.711/2012, prevendo pela primeira vez em nível federal a reserva de vagas em universidades públicas espalhadas por todo o país, especificamente para pessoas autodeclaradas pretas, pardas ou indígenas que houvessem cursado o ensino médio integralmente em instituições públicas, assim também reconhecendo como o fator econômico está fortemente conectado ao contexto racial. Diniz e Söhnngen (2021) apontam que os dados comprovam que o impacto na diversificação racial dos ingressantes nas instituições de ensino é enorme, já demarcando mais da metade da população total de discentes no ensino superior público federal, mas estes números não estão traduzidos

diretamente no número de indivíduos que concluem os cursos, demonstrando que apesar de haver uma alteração na proporção de ingresso, ainda há entraves socioeconômicos evidentes que provocam uma alta taxa de desistência e impedem as populações marginalizadas de desfrutarem de uma mínima semelhança de oportunidades dentro do direito básico da educação, com essa discrepância se mostrando ainda mais acentuada quando analisados os dados dos programas de pós-graduação nacionais.

No presente momento, apesar do volume de políticos negros ainda ser diminuto, sua relevância e visibilidade são inegavelmente imensas se comparadas a duas ou três décadas atrás. Em diversos aspectos, os progressos dos negros na política são tangíveis, deixando a negritude em muito mais evidência. Isto posto, resta agora compreender como estes elementos têm se configurado dentro da comunicação de políticos negros no país.

O NEGRO POLÍTICO E SUA COMUNICAÇÃO

Para analisar brevemente a implementação de componentes da negritude e da identidade histórica deste recorte racial, optei por fazer uma seleção de peças publicitárias veiculadas pelo mandato coletivo Pretas, da Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP), encabeçado por Monica Seixas (PSOL). A proposta deste “mandato coletivo”, ou seja, um mandato que é composto por um grupo de pessoas representantes de uma categoria, é de ser um mandato comandado exclusivamente por mulheres negras que compreendam e enfoquem as lutas relevantes para este público. Havendo sido eleitas em 2022, diversas participantes do coletivo já eram engajadas na política governamental, com algumas delas já tendo mantido cargos eleitos, como Mônica Seixas, que já havia sido deputada estadual durante os quatro anos antecedentes. Para esta análise, trouxe alguns materiais de campanha e de mandato produzidos e veiculados em suas redes sociais e site oficial.

Figura 1 – Página inicial do site



Fonte: Site Pretas.org, 2023

Nesta primeira imagem veiculada no site oficial do mandato, diversos aspectos identitários já chamam a atenção do leitor. Em evidência estão as participantes do mandato, todas mulheres negras, exibindo seus cabelos cacheados, crespos e trançados, buscando transmitir muito orgulho e felicidade em suas expressões. As cores escolhidas para as roupas também chamam a atenção, focando em tons quentes ou terrosos, os quais frequentemente estão associados à moda tradicional africana, além dos adereços utilizados, em particular os colares, que também buscam remeter a esta estética de herança africana.

A foto apresentada como cartão postal do mandato é cuidadosamente construída para demonstrar o orgulho das deputadas por sua identidade negra. A utilização de opções estéticas sutis, mas notavelmente expansivas, aliadas às expressões de fortuna e calorosidade física, visam transmitir a sensação de união comunitária por meio desses laços raciais compartilhados por elas, também buscando estender estes laços para as eleitoras que se identificarem.

Na peça seguinte, veiculada em 17 de agosto de 2022 no perfil de instagram das então candidatas, a pretensão toma outro rumo. Conservando a estética que remete à herança africana, as escolhas de cores não mais buscam representar diversidade, mas sim uma unidade e coesão, ao mesmo tempo que há uma mudança completa de postura por parte das participantes, que ao invés de mostrarem um momento de descontração, assumem um olhar sério e expressões combativas. Isto tem a finalidade de demonstrar que além dos aspectos culturais da negritude, elas também abarcarão por completo as essências de luta e

autoconhecimento necessárias para empreender mudanças acerca de suas realidades como pessoas pretas.

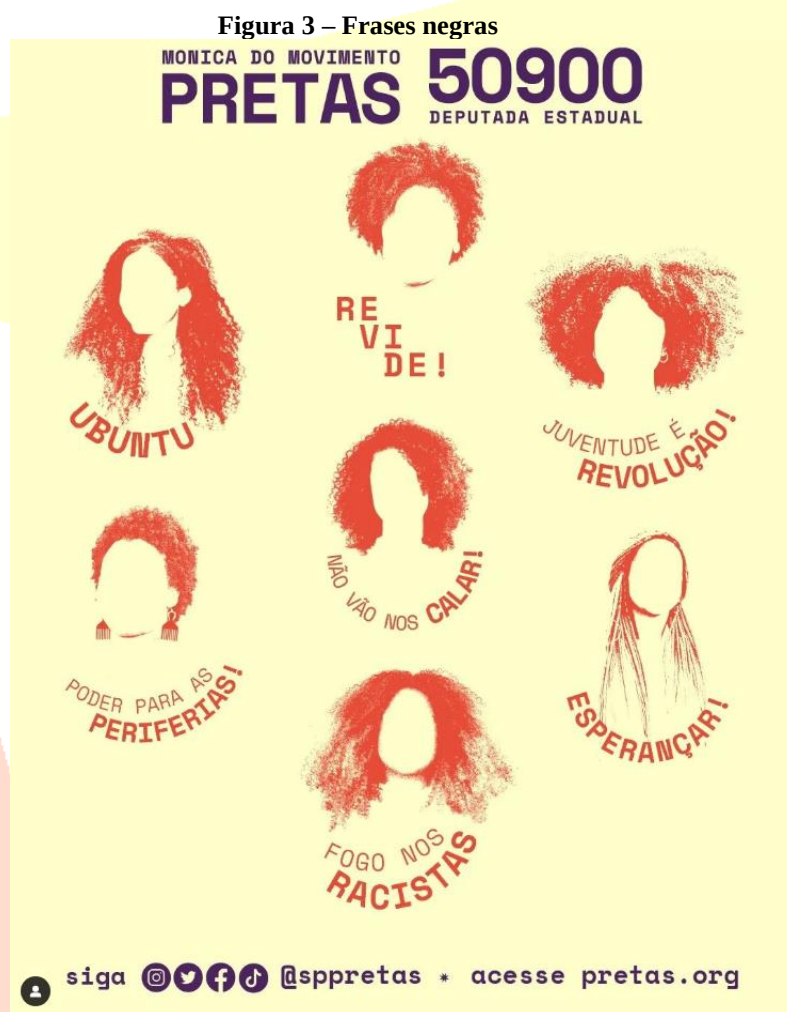
Figura 2 – Quem São As Pretas



Fonte: Instagram SPPretas, 2022

Numa peça particularmente engenhosa, de 27 de agosto de 2022, o coletivo veiculou em seu Instagram esta imagem que posiciona todo o foco nos aspectos identitários e nas bandeiras levantadas coletivamente pelos membros. Mantendo apenas o

contorno de seus cabelos, as Pretas desejavam demonstrar o nível de relevância que há nestes estilos específicos para suas expressões individuais e coletivas de negritude, apresentando uma posição de irreverência e revolta contra os estilos normativos impostos pela elite branca. Todas as frases também dialogam fortemente para esta construção imagética, havendo uma presença em destaque de expressões de luta, revolução e empoderamento coletivo por parte dos públicos representados por elas. Estas frases carregam consigo contextos histórico-culturais muito próprios, como a “Fogo nos racistas” que remete ao termo que foi popularizado dentro do movimento negro contemporâneo a partir da música Olho de Tigre do rapper brasileiro Djonga, de 2017, havendo sofrido represálias da justiça devido a uma performance em meados de 2022. Ubuntu, por sua vez, é um termo filosófico banto ligado ao movimento de libertação do apartheid na África do Sul, demonstrando claras raízes e heranças vindas do panafricanismo.



Fonte: Instagram SPPretas, 2022

Na imagem a seguir, fica notável um dos caracteres mais antigos da resistência negra, que é a de cunho religioso. Veiculada no instagram em 28 de setembro de 2022, próximo ao primeiro turno das eleições, esta imagem buscou dar enfoque ao público associado às religiões de matriz africana. A imagem de uma pessoa preta vestindo um ojá, turbante branco característico destas religiões, também é considerado na historiografia uma herança antiga dos povos malês, dando um destaque particular à como estes atos de expressividade estética ajudam a compor as identidades de pessoas negras no país. A escolha do termo Axé também é particularmente importante, pois ao mesmo tempo que é conhecido por ser um estilo de música muito popular no país, é reconhecível como um termo de origem africana que simboliza a força sagrada e positiva dos orixás, espíritos reverenciados nestas religiões, amarrando a cultura geral do país e conectando-a com seus aspectos apagados.

Figura 4 – Axé Negro



Fonte: Instagram SPPretas, 2022

Inúmeros outros exemplos poderiam ser trazidos, mas estes quatro selecionados bastam para exemplificar alguns dos principais aspectos notáveis para como a identidade negra se exprime de forma moderna dentro da comunicação política, tendo em vista esta candidatura particularmente focada neste público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso da negritude é, afinal, tortuoso e sofrido, mas sem sombra de dúvidas inspirador. Remontando séculos de história, a política institucional tem finalmente buscado unir todos os aspectos que compõem necessariamente o histórico da identidade das pessoas negras do Brasil, abarcando elementos culturais, sociais, econômicos, panafricanistas e políticos de forma intrincada para formular campanhas de conscientização e progresso bem-sucedidas. É impossível, em última análise, conquistar condições melhores para a população preta e parda se não houver plena consciência de sua situação e contexto intelectual o suficiente para implementar os erros e acertos em sua memória de luta.

Ademais, ter em mente o caminho percorrido até aqui nos leva a repudiar o apagamento das batalhas realizadas por todos os resistentes nos mais diversos campos de atrito que levaram o movimento negro a chegar no ponto em que está atualmente. Por menores e mais esquecidos que sejam estes elementos ou indivíduos, todos colaboraram no grande esquema histórico para desafiar as elites brancas e escravocratas que até hoje pretendem perpetuar o racismo do país. A política é uma das plataformas mais relevantes para isso, não apenas por sua visibilidade, mas também porque representa as mudanças sendo feitas nas veias da sociedade, e por isso a comunicação desta identidade é cada vez mais importante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araújo. A defesa das cotas como estratégia política do movimento negro contemporâneo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nO 37, janeiro-junho de 2006. p. 143-166.

ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)**. 1a ed.— São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

D'ADESKY, Jacques. **Racismos e anti-racismos no Brasil; pluralismo étnico e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

DINIZ, Stéfani do Rosário; SÖHNGEN, Clarice da Costa. Um estudo crítico sobre a Lei de Cotas e a representatividade do negro na política brasileira. **Revista de Direito**, Viçosa, v.13 n.02, 2021.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos. **DIMENSÕES**, v. 21, 2008.

FARIAS, Vitória. Negros são maioria entre candidatos, mas só na disputa por cargos com menor relevância política. **G1**, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/eleicao-em-numeros/noticia/2022/08/19/negros-sao-maioria-entre-candidatos-mas-so-na-disputa-por-cargos-com-menor-relevancia-politica.ghtml>. Acesso em: 12 jun. 2023.

GOMES, Nilma Lino. Educação e Identidade Negra. **Aletria: Revista De Estudos De Literatura**, 9, p. 38–47, 2002.

LOPES, Nei. **Bantos, malês e identidade negra**. 4. ed. rev. e atual. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 5. ed. rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. 3 ed. rev. São Paulo: Editora Perspectiva; Rio de Janeiro; Ipeafro, 2019.

OLIVEIRA, Iris Agatha. **Revista Morpheus: estudos interdisciplinares em Memória Social**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 16, ago./dez. 2016.

PINTO, Tania Regina. Os que vieram antes na política. **Pioneiros Negros**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://primeirosnegros.com/os-que-vieram-antes-na-politica/#:~:text=Nilo%20Pe%C3%A7anha%20%C3%A9%20tamb%C3%A9m%20o,foi%20derrotado%20pelo%20candidato%20governista>. Acesso em: 08 jun. 2023.

QUEIROZ, Vitória. 22% dos senadores eleitos são negros. **Poder360**, 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/congresso/22-dos-senadores-eleitos-sao-negros/#:~:text=22%25%20dos%20senadores%20eleitos%20s%C3%A3o%20negros>. Acesso em: 12 jun. 2023.

SANTOS GOMES, Arilson dos. Protagonismo negro nas políticas públicas: a lei de cotas em tempo de avaliação no congresso nacional. **Revista Escritas do Tempo**, v. 4, n. 10, p.46-70, jan-abr. 2022.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Graal, 1990.